

www.folhanacional.pt

# Folha Nacional

de 10/09/2022 | Bissemanal | Ano 1

pela verdade

ANTÓNIO COSTA

# O ILUSIONISTA QUE ENGANA PORTUGAL

**Exclusivo**

**CHEGA APRESENTA  
PLANO DE EMERGÊNCIA E  
SALVAÇÃO NACIONAL**

PÁGINA 5

**Política**

**"HÁ UMA EXCESSIVA  
POLITIZAÇÃO DA SAÚDE",  
DIZ VENTURA**

PÁGINA 5

**País**

**PENSIONISTA MÉDIO  
VAI PERDER 250 EUROS  
ANUAIS A PARTIR DE 2024**

PÁGINA 7

## COMBATE À INFLAÇÃO

# A VERDADE QUE O PS NÃO QUER QUE SAIBAS

**O** Folha Nacional analisou em detalhe as medidas de combate à inflação e chegou à conclusão que, por um lado, são insuficientes para fazer face às dificuldades que as famílias estão a atravessar e, por outro, continuam uma verdadeira manobra de ilusionismo político que não resiste a uma análise mais aprofundada da sua concretização prática.

Mas façamos então um exercício breve de analisar cada uma e comecemos pelas pensões. Não há outra forma de qualificar esta medida senão como um verdadeiro embuste. Aquilo que o governo dá com uma mão, tira com a outra. Ou seja, paga 50% do valor de uma pensão no próximo mês de outubro e, ao mesmo tempo, reduz para metade a atualização das pensões em 2023. Em vez dos previstos 8%, os pensionistas vão receber apenas metade, ou seja, 4,43%. Por exemplo, um pensionista que receba 400€ de pensão mensal, em outubro receberá 600€ por força desta medida. No entanto, em 2023, o valor de atualização desta pensão será de apenas 4,43%, fixando-a em 417,7€. Se a mesma pensão fosse aumentada tendo em conta o modelo existente até 2022, o valor do aumento desta pensão seria de 8% e deveria cifrar-se nos 432€. E o pior vem depois. Em 2024, não havendo novas alterações à lei, os pensionistas passam a ter uma perda real das pensões, por força desta alteração da fórmula de cálculo das atualizações. Relativamente à medida de dar 125 euros em outubro a todos os contribuintes que tenham um rendimento bruto mensal até 2700 euros, a sua aplicação é totalmente discricionária, colocando quem ganha o ordenado mínimo a receber o mesmo que quem ganha 2700 euros. Para

além de que um português que ganhe 2700 euros brutos entrega todos os meses ao Estado 700 euros de IRS, ou seja, 9800 euros por ano, sendo que, deste valor, o Governo devolve agora 125 euros. Ou seja, com esta medida, o Governo devolve 1,3% daquilo que retira anualmente a cada contribuinte. 125 euros também não chegam para comprar um cabaz de bens alimentares essenciais, que se cifra atualmente em cerca de 200 euros.

Os 50 euros que pretende dar em outubro a cada dependente também não chegam para comprar material escolar ou para outros bens essenciais como fraldas ou latas de leite em quantidade suficiente para um mês.

Vejamos agora a suposta descida do IVA da eletricidade para 6%. O Governo anunciou a tão aguardada descida do IVA da eletricidade para 6% mas aquilo que o governo não diz é que o IVA da eletricidade que vai baixar é apenas o que está a 13%. Existe uma parte que está a 23%, ou seja, todo o consumo acima de 100KW. Esse não baixa. Em suma, trata-se de benefícios residuais, representando uma poupança média de 1,60 euros por mês às famílias portuguesas. Relativamente ao gás, o governo afirma que as famílias vão poupar 10% na conta do gás, com a transição para o mercado regulado, mas não diz que 70% das famílias consomem gás de garrafa. Ou seja, é uma medida que se dirige a 30% das famílias.

No que diz respeito aos combustíveis, o governo reduz o Imposto sobre Produtos Petrolíferos mas recusa-se a dar um desconto direto por litro, o que faz com que os portugueses continuem a pagar dos combustíveis mais elevados em toda a Europa. Por exemplo, em Espanha é aplicado um desconto de 20 cêntimos

por litro, que faz com que o gasóleo fique muito abaixo dos preços praticados em Portugal.

Por último, o limite em 2% à atualização das rendas a aplicar pelos senhorios aos inquilinos, com António Costa a garantir aos senhorios que vão ser compensados em sede de IRS e IRC. Mas há duas coisas que o primeiro-ministro não disse.

Em primeiro lugar, não revelou como será feita esta compensação, referindo que será feita uma análise jurídica e fiscal. Portanto, é certo que as rendas não poderão ser aumentadas em mais de 2%, mas não é certo o valor da compensação que os senhorios receberão, nem de que forma a receberão. Em segundo lugar, a inflação também afeta os senhorios, uma vez que as suas despesas também sobem, acompanhando a inflação. E que despesas são essas? Ora vejamos: IMI; Imposto de selo; taxas autárquicas; seguros; condomínio; reparações.

Por fim, este é um plano que 'devolve' apenas 2,4 mil milhões dos cerca de 23 mil milhões de euros arrecadados em IRS e IVA com a inflação.



# MENTIRAS PRIMEIRO

UM PLANO COM FALTA DE MEDIDAS  
FACE AO AUMENTO DOS PREÇOS



traduz um  
**ganho irreal**  
para as famílias  
portuguesas



é insuficiente para  
**garantir serviços**  
**indispensáveis**

e para o cabaz de  
bens essenciais

equivale a

# 2,14%

do suposto vencimento  
de Sérgio Figueiredo



um pensionista terá  
**redução de 50%**  
**do aumento**

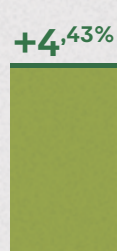
previsto para 2023



Out. 2022  
**600€**



Jan. 2023  
**432€**



Jan. 2023  
**417,7€**

o IVA de 13% aplica-se

**apenas ao consumo**  
**abaixo dos 100Kw**  
que representa uma poupança  
média de 1,60€ no imposto



Não se sabe  
**como será feita**  
**a compensação**  
e não se garantiu o valor  
da mesma

# ANTÓNIO ILUSIONISTA COSTA: FAMÍLIAS PRIMEIRO OU MENTIRAS PRIMEIRO?

O primeiro-ministro apresentou esta semana, com pompa e circunstância, um pacote de medidas de apoio às famílias portuguesas, apelidado de "Famílias Primeiro". Estas medidas visam fazer face à inflação crescente, que já atingiu em Portugal os 9,4%, muito acima da média da Zona Euro.

Assistimos a um aumento de preços sem precedentes, onde se destaca o aumento de 12% nos produtos alimentares, 31% no setor energético e de 6% nos serviços. Tudo isto, sem o correspondente aumento dos salários e sem a descida de impostos, prejudica gravemente a qualidade de vida dos portugueses, retirando poder de compra e reduzindo a capacidade de aforro.

O Sr. primeiro-ministro, num vasto rol de inverdades, afirma que este plano de apoio às famílias terá um custo para os cofres do Estado de 2,4 mil milhões, quando, na realidade, será apenas de 1400 milhões.

Trata-se, portanto, de uma migalha que António Costa está a dar aos portugueses, uma vez que, o Estado arrecadou no primeiro semestre do ano, quase 5 mil milhões extraordinários em impostos.

Analisando os cheques que serão dados em Outubro, de 125€ por pessoa com rendimento bruto até 2.700€, e de 50€ por criança/jovem dependentes até aos 24 anos, facilmente percebemos que este Governo socialista apelida disfarçadamente o povo português de acéfalo.

Desmaterializando estes valores, percebemos que, o pagamento único de 125€ se traduz num apoio diário de 0,34€ (trinta e quatro cêntimos) e que o valor de 50€ para os jovens não permite sequer pagar o material escolar de início de ano, ou, para os mais pequenos, traduz-se na compra de duas latas de leite.

Em relação aos pensionistas, continua, este Governo, a desprezar por completo, as dificuldades que aqueles enfrentam diariamente. Apresenta um aumento de 50% pago em Outubro, contudo, não refere, talvez por amnésia, que, vai tirar nos aumentos de Janeiro. A partir de 2024 as pensões de 500€ perderão 261€ e as de 1.500€ irão perder 785€. É a quinta vez que a atualização das pensões não é aplicada para travar um aumento, sendo que, tinha acontecido durante a intervenção da Troika.

Mas, o número artístico de António Costa não fica por aqui. Anunciou

também que o IVA da eletricidade baixaria de 13 para 6%, até Dezembro de 2023. Nada mais enganador, uma vez que o apoio vai traduzir-se numa poupança mensal de 1,10€, chegando aos 1,60€ no caso das famílias numerosas. A DECO instada a pronunciar-se sobre esta medida afirmou que "fica muito aquém das expectativas criadas pela generalidade dos consumidores".

Num excelente exercício ilusionista, António Costa, não se terá lembrado de referir que esta descida do IVA da eletricidade, para 6%, corresponde apenas à parte que se cifra nos 13%, ou seja, nos primeiros 100kw/h consumidos. Todo o restante da fatura mantém-se nos 23%. Para finalizar, não podia deixar de abordar outra medida adotada pelo Governo, que diz respeito à Habitação. António Costa definiu um aumento máximo de 2% nas rendas, mas, uma vez mais, esqueceu-se dos proprietários/senhórios.

É inegável que as rendas estão em máximos históricos, que é extremamente difícil arrendar casa em Portugal, até porque a oferta é pouca. E uma medida que permita controlar aumentos das rendas é sempre bem-vinda. Mas, e os proprietários? Muitos são os senhórios que a única fonte de rendimento que têm são as rendas e, em alguns casos, apenas têm uma renda. Sabendo que são estes que têm de pagar IMI, obras de conservação do imóvel, entre tantas outras despesas, onde está a atenção do Governo para estes tantos milhares de pequenos proprietários?

É fácil tomar medidas assim, beneficiando uns e, simultaneamente, prejudicando outros. Onde está o papel do Governo nestas matérias? Onde está o apoio do Governo, efetivamente? Colocar limites ao aumento das rendas não é um apoio efetivo, mas sim, fazer o papel de Robin dos Bosques, em que tira a uns para dar aos outros, mantendo os cofres do Estado fechados a sete chaves. Finalizo com uma pergunta e com uma afirmação:

Será este, efetivamente, um pacote de medidas de apoio, que vão realmente melhorar a qualidade de vida dos portugueses, ou, pelo contrário, será mais uma maquilhagem política deste governo socialista?

Para mim, este pacote de medidas não tem o nome de "Famílias Primeiro", mas sim "Mentiras Primeiro".



**FILIPPE MELO**  
DEPUTADO DO CHEGA  
ELEITO PELO CÍRCULO  
DE BRAGA



## CHEGA PROCESSA COSTA POR PEDIDO DE DESCULPA A MOÇAMBIQUE QUE DESONRA PORTUGAL

O Presidente do CHEGA, André Ventura, anunciou que irá levar António Costa à justiça, depois do pedido de desculpa do primeiro-ministro pelas ações das forças armadas portuguesas em Wiriyamu, Moçambique.

“Ao pedir desculpa aos moçambicanos pelos atos das forças armadas portuguesas, o primeiro-ministro português desonrou, não só a História de Portugal, como também as Forças Armadas portuguesas e milhões de portuguesas e portugueses que foram abandonados pelo Estado português nas ex-colónias”, disse o presidente do partido.

André Ventura acrescentou que nunca se viu o primeiro-ministro falar dos massacres dos terroristas a famílias portuguesas, dos ataques da UPA ou das violações a mulheres e crianças levadas a cabo por parte dos guerrilheiros.

O primeiro-ministro António Costa decidiu pedir desculpa pelos atos das Forças Armadas portuguesas em Wiriyamu, no contexto da visita oficial a Moçambique.

# CHEGA QUER REDUÇÃO DO IVA DA LUZ E DO GÁS PARA 6%

Num projeto de lei entregue no parlamento, o partido liderado por André Ventura defende que a solução “mais fácil de pôr em prática para reduzir os preços, quer do ponto de vista prático para os operadores, quer do ponto de vista fiscal, quer em termos de benefício para os consumidores, é a redução da taxa de IVA aplicável tanto à eletricidade como ao gás, fixando-a na tabela que em sede do mesmo imposto se dirige aos bens e serviços sujeitos à taxa reduzida, ou seja, 6%”.

“Torna-se premente a redução da taxa de IVA aplicável ao gás e à eletricidade para a taxa mínima, de forma a aliviar o orçamento dos portugueses”, salienta o partido no projeto de lei que foi entregue na Assembleia da República no sábado.

“Apesar do preço da eletricidade em Portugal se situar próximo da média europeia, a componente de ‘impostos e encargos’ em Portugal é das mais elevadas da Europa e praticamente duplica o preço final de eletricidade face ao valor base no nosso país”, argumentam os deputados. O partido considera “ser por via fiscal que melhor se alcançará o objetivo de desonerar as famílias do pagamento excessivo do custo da energia elétrica num contexto já de si depressivo em termos de rendimento, por efeito da inflação e do aumento das taxas de juro”.

O CHEGA lembra que “Portugal e Espanha, em conjunto, já obtiveram autorização da Comissão Europeia para reduzir os custos de produção das centrais elétricas”, mas lamenta que a medida “tarda em atingir os objetivos pretendidos, nomeadamente no que diz respeito à diminuição do preço da eletricidade paga pelos consumidores”. Quanto ao mecanismo ibérico, “se por um lado tende a atenuar a subida dos preços no consumo final, não os anula, e parte desses custos terão de



ser pagos pelos consumidores, o que já ficou refletido nas faturas de consumidores não particulares, que tinham contrato no mercado livre, com subidas a fatura na ordem dos 50%”.

Na iniciativa, o CHEGA indica também que a União Europeia permitiu aos estados-membros “baixar o IVA do gás e da luz para a taxa mínima sem ter de pedir autorização ao Comité do IVA”,

apesar de limitar “a aplicação da taxa reduzida a uma lista de 24 das 29 categorias elegíveis, em que se encontram os fornecimentos de eletricidade, gás e arrefecimento urbano”.

O partido alerta que “os preços dos bens essenciais estão cada vez mais insuportáveis” e aponta que “é já a partir de outubro que as famílias portuguesas vão pagar mais na fatura do

gás, aliás num efeito transversal e expectável que visa promover a subida de preços não apenas no gás, mas também na eletricidade e na água”.

O CHEGA aponta ainda ao Governo, considerando ser “incompreensível” que “venha arrecadando excedentes orçamentais e níveis elevados de receita fiscal sem que tenha avançado com este tipo de medidas que promovam a sua redução”.



## TURISMO DE NASCIMENTO É SINAL DA DEGRADAÇÃO DO PAÍS, DIZ VENTURA

O Presidente do CHEGA considera que as notícias vindas a público, esta semana, de que Portugal estava a ser alvo preferencial do chamado turismo de nascimento, “envergonham Portugal e degradam as instituições portuguesas”. “É uma degradação das leis portuguesas e do próprio país, um sinal de que tínhamos razão quando, no Parlamento, denunciámos com firmeza a lei da nacionalidade”, referiu.

Segundo notícias vindas a público em vários órgãos de comunicação social, há numerosas famílias a atravessar países e continentes para vir dar à luz em Portugal. Estima-se que, só em 2021, 13.6% dos partos foram de mulheres estrangeiras e Portugal foi, o ano passado, o segundo país do mundo que mais nacionalidade atribuiu.

## CHEGA APRESENTA PLANO DE EMERGÊNCIA NACIONAL

O Partido CHEGA apresentou esta sexta-feira aquilo a que deu o nome de Plano de Emergência e Salvação Nacional, composto por 20 medidas de apoio aos portugueses no montante total de cerca de 8 mil milhões de euros. O Plano de Emergência e Salvação Nacional apresentado pelo CHEGA foca-se, essencialmente, num alívio fiscal às famílias e empresas através do aumentando de

deduções em despesas de saúde e educação, nos escalões de IRS, em descontos diretos nos combustíveis, mas também na constituição de linhas de crédito às PME, em alívios fiscais na fatura da energia das empresas, na diminuição do IMI, ou em medidas de apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social. Estas medidas visam, assim, dar resposta concreta à escalada dos preços de bens e serviços

que estão a estrangular famílias e empresas e que põe em causa a sua sobrevivência. Recorde-se que o Banco Central Europeu aumentou as taxas de juro em 75 pontos na passada quinta-feira e reviu em baixa o crescimento para 2023, o que deixa ante-ver mais dificuldades para as famílias, que vêm as prestações da casa aumentarem, e um acesso ao crédito mais apertado para as empresas.

# “HÁ UMA EXCESSIVA POLITIZAÇÃO DA SAÚDE”, DIZ VENTURA SOBRE NOVO MINISTRO

Já está escolhido o substituto de Marta Temido à frente do Ministério da Saúde: trata-se de Manuel Pizarro, antigo secretário de Estado no governo de José Sócrates. Para o Presidente do CHEGA esta escolha é “essencialmente política”, pois Manuel Pizarro é um “nome de confiança do primeiro-ministro” e, por isso, António Costa “terá de assumir total responsabilidade” por esta escolha. Em declarações ao Folha Nacional, André Ventura classificou esta aposta como “previsível”, porque “António Costa escolhe ministros de confiança pessoal”. “Trata-se de uma aposta de grande risco, não só porque não tem um grande historial em termos de Saúde, como há, com esta escolha, uma excessiva politização do Ministério da Saúde porque Manuel Pizarro é do aparelho socialista”, acrescentou. Manuel Pizarro, que foi secretário de Estado da Saúde no segundo executivo liderado por José Sócrates, tendo como ministra Ana Jorge, toma posse hoje às 18h00 no Palácio de Belém. No plano político, Manuel Pizarro foi por duas vezes candidato derrotado a presidente da Câmara do Porto e é o líder da Federação do Porto do PS e foi nono na lista de candidatos a eurodeputados socialistas nas últimas eleições para o Parlamento Europeu. Mais recentemente, substituiu Carlos Zorrinho na liderança dos deputados do PS no Parlamento Europeu.



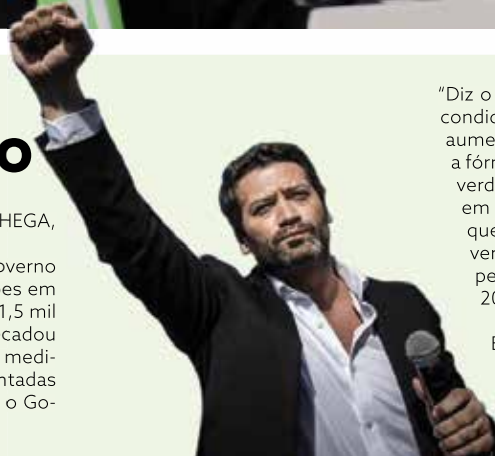
## CHEGA ATACA ‘EMBUSTE’ DE PACOTE DE MEDIDAS DO GOVERNO

O CHEGA criticou, quarta-feira, o pacote de medidas apresentado pelo Governo para ajudar as famílias a mitigar os efeitos da inflação e defendeu uma descida dos impostos. Numa intervenção no debate sobre o aumento do custo de vida na Comissão Permanente da Assembleia da República, o presidente do CHEGA começou por criticar a ausência do ministro das Finanças, considerando que Fernando Medina não quer “enfrentar o embuste de orçamento e o pacote”

que o Governo apresentou. As medidas, na opinião do líder do CHEGA, constituem “austeridade escondida”. André Ventura considerou que o Governo “arrecadou no último ano 12 mil milhões em IRS, com IRC 7 mil milhões, com IVA 11,5 mil milhões e até com o infame ISP arrecadou 1,8 mil milhões”, e comparou com as medidas anunciadas, que estão orçamentadas em 4 mil milhões de euros, acusando o Governo de “roubo”.

“Diz o Governo que apesar deste roubo escondido vai dar aos pensionistas um grande aumento. É ou não verdade que foi alterada a fórmula de cálculo das pensões, é ou não verdade que o que o Governo está a dar em pensões é uma mera antecipação do que teremos no próximo ano? É ou não verdade que os pensionistas arriscam perder por ano 600 euros a partir de 2024?”, questionou.

É considerou que o Governo “mentiu a Portugal quando disse que ia aumentar pensões ou salvaguardar rendimentos”.



## JULGAMENTOS ADIADOS POR AVARIA NOS TRIBUNAIS

Vários julgamentos foram adiados, esta semana, devido a uma avaria a nível nacional do sistema de gravação de audiências que está associado ao sistema informático Citius, disse à Lusa o Sindicato dos Funcionários Judiciais. De acordo com António Marçal, a avaria a nível levou ao adiamento das audiências judiciais, o que implicou o adiamento de diversas diligências, tendo afetado tam-



bém a tramitação dos processos sumários. António Marçal disse que este tipo de avaria "ocorre com alguma regularidade", criticando que se esteja a fazer a digitalização da Justiça sem haver "uma solução de paz de hardware e software". Por coincidência, a avaria ocorreu no dia em que deveria ser introduzida uma aplicação informática de registo de assiduidade dos funcionários de justiça.



## VISTOS DE RESIDÊNCIA A SUBIR: ATÉ JUNHO FOI ULTRAPASSADO O TOTAL DE 2021

O número de novos imigrantes em Portugal ultrapassou no primeiro semestre do ano o total de 2021 ao serem atribuídos cerca de 133.000 novos títulos de residência, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Dados divulgados à Lusa pelo SEF dão conta que foram atribuídos mais 22.000 novos vistos de residência nos primeiros seis meses do ano do que nos 12 meses de 2021, quando foram concedidos 111.311.

Em 2020 e 2021, dois anos considerados atípicos devido à pandemia de covid-19, os novos títulos de residência emitidos pelo SEF diminuíram, 118.124 e 111.311 respetivamente, mas os novos imigrantes no primeiro semestre ultrapassaram o total do ano de 2019, que chegaram aos 129.155. De acordo com o SEF, dos 133.000 novos títulos de residência, 48.000 foram atribuídos a brasileiros (mais de um terço), que são a maior comunidade residente no país.

No total, vivem no país mais de 250.000 brasileiros.

Dentro dos novos títulos de residência estão as proteções temporárias concedidas aos ucranianos que fugiram da guerra, tendo sido atribuídas até ao final de junho 46.000, segundo o SEF. Os ucranianos são agora a segunda maior comunidade a viver em Portugal, com cerca de 73.000, tendo ultrapassado os cidadãos do Reino Unido, que em 2021 totalizavam 41.932.

A população estrangeira residente em Portugal ultrapassa 800.000 pessoas.

# DESEMPENHO DE PORTUGAL NO COMBATE À CORRUPÇÃO É "INSATISFATÓRIO", ALERTA UE



Portugal apresenta um nível "globalmente insatisfatório" no cumprimento das recomendações do Grupo de Estados contra a Corrupção (GRECO) e deve "intensificar substancialmente a sua resposta", revelou o relatório daquele organismo do Conselho da Europa.

Em termos setoriais, a análise do GRECO incide sobre os membros da Assembleia da República, o Ministério Público e os juízes.

Relativamente à Assembleia da República, a instituição europeia critica o facto de ainda não estar em atividade a Entidade para a Trans-

parência, onde serão guardadas as declarações de rendimentos, património e interesses de políticos. Sobre os juízes, o GRECO lamentou que não tenham sido feitas alterações ao método de seleção de magistrados para o Supremo Tribunal de Justiça e criticou a ausência de melhorias na

composição dos conselhos superiores. O relatório menciona ainda a ausência de um código de conduta "claro e aplicável aos juízes, abrangendo questões como presentes e conflitos de interesse", e uma avaliação periódica em conformidade com normas de conduta.

## IRAQUIANOS 'AMIGOS' DE COSTA E MARCELO ACUSADOS DE TERRORISMO

O Departamento Central de Investigação e Ação Penal acusou, esta semana, dois iraquianos, que alegadamente pertenciam ao Daesh, de adesão a organização terrorista e de crimes de guerra contra as pessoas. Os dois iraquianos, que estavam em Portugal desde março de 2017, estão em prisão preventiva desde setembro do ano passado, quando foram detidos pelos inspetores da PJ. Segundo a Polícia de Judiciária, na altura

da detenção, os dois homens, de 32 e 34 anos, estavam a ser monitorizados e vigiados pela Judiciária desde 2017. No entanto, isso não impediu que o primeiro-ministro, António Costa, e o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, visitassem o restaurante onde um dos irmãos trabalhava ao abrigo do programa de recolocação para refugiados da UE, tendo estado presente durante a visita.



## PRIVATIZAR A TAP? CHEGA QUER EXPLICAÇÃO DE PEDRO NUNO SANTOS NA AR

O CHEGA requereu a audição urgente do ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, na Assembleia da República para explicar "posição do Governo" sobre eventual privatização da TAP. No requerimento endereçado ao presidente da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, o CHEGA cita uma notícia do semanário Expresso que refere que o Governo quer

avançar ainda este ano com a privatização de pelo menos 50% da TAP - o jornal refere também que, no governo, há quem admita a hipótese de venda da quase totalidade da companhia aérea. O partido liderado por André Ventura aponta que a privatização da companhia aérea "contraria de forma grosseira tudo o que foi defendido pelos socialistas". "Convém recordar que a reversão da pri-

vatização da TAP foi uma das grandes bandeiras do primeiro governo de António Costa, sob o argumento de que a TAP era estratégica para o país e que, por essa razão, deveria ficar no Estado", sustenta. O partido refere ainda que "esta reversão mereceu duras críticas do Tribunal de Contas", apontando que "desde a reprivatização, os portugueses já gastaram mais de 3 mil milhões de euros na TAP".

# PENSIONISTA MÉDIO VAI PERDER 250 EUROS ANUAIS A PARTIR DE 2024



O economista António Bagão Félix estima que os pensionistas vão ter uma perda anual de cerca de 250 euros com a atualização das pensões em 2023, numa percentagem inferior à da fórmula prevista na lei.

Em declarações à Lusa, o antigo ministro da Segurança Social e do Trabalho no Governo de Durão Barroso e ministro das Finanças no Governo de Santana Lopes calcula que do lado dos pensionistas ter-se-á "um não recebimento anual sucessivo de 250 euros para uma pensão média" a partir de 2024.

"Por outras palavras, o Governo dá

exatamente o que tinha de dar, embora antecipando cerca de metade", refere António Bagão Félix.

Porém, se não houver alterações, a base da reforma sobre a qual será feita a atualização de 2024 será menor. "A partir de 01 de janeiro de 2024, a pensão não incluirá a parte do valor da atualização de 2023 a pagar de uma só vez no próximo mês de outubro", salienta o antigo ministro.

Deste modo, assinala que, partindo do pressuposto que não há alteração da lei vigente, "as pensões serão até ao seu fim, reduzidas de dois valores".

Por um lado, "o que corresponde ao

adiantamento e que não foi incorporado no valor da pensão em 01 de janeiro de 2023" e, por outro, "a redução que resulta de as futuras percentagens de atualização incidirem sobre uma base menor", exemplificando que "um aumento de 2% sobre 500 euros equivale a 10 euros, mas o mesmo aumento percentual sobre 525 euros é de 10,5 euros".

Bagão Félix diz ainda que o Governo indicou que a atualização em 2024 está dependente de uma Comissão que reavaliará a consistência da lei.

"É previsível que qualquer revisão da lei será no sentido redutor, isto

apesar de a Segurança Social estar a ter um confortável saldo orçamental", defende, vincando que "o Governo indicia que a atual lei - de um anterior governo socialista - terá de ser reavaliada face a estas taxas de inflação elevadas", questionando "se não foi para preservar o poder de compra dos reformados que esta lei foi, e bem, criada".

"Será que só faz sentido para uma inflação pequena? Não esqueçamos que este grupo social não tem fontes alternativas de rendimento suplementar, nem podem "fazer greves", acrescenta.

## FISCO VAI APERTAR INSPEÇÃO AOS CONTRIBUINTES

A presença da inspeção tributária da AT junto dos contribuintes vai ser reforçada ao longo deste ano, disse o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Mendes. "A inspeção, que nunca esteve parada, voltará naturalmente a ter uma presença mais visível junto dos agentes económicos ao longo deste ano", disse o secretário de Estado, salientando que, "ultrapassados os constrangimentos da pandemia", será "natural que assistamos este ano a uma maior presença da inspeção no terreno".

António Mendonça Mendes, que foi ouvido na Comissão de Orçamento e Finanças sobre o relatório de combate à fraude e evasão fiscais e aduaneiras de 2021, afirmou "que esse reforço é "previsível que aconteça em função daquilo que é a retoma da atividade económica".

Em causa estarão ações mais viradas para a sensibilização do cumprimento e de informação junto dos contribuintes e verificação do cumprimento nomeadamente dos sistemas de faturação.

Segundo o relatório, a inspeção tributária realizou 22.098 ações de comprovação e verificação em 2021, menos 14,9% do que no ano anterior, e 22,8% foram referentes a contribuintes particulares.

O documento detalha que, daquele total de 22.098 ações, foram realizadas 17.056 ações que incidiram sobre pessoas coletivas (77,2%) e 5.042 ações referentes a pessoas singulares (22,8%).

Ao longo do ano passado, o fisco realizou ainda 4.769 ações de inspeção externas direcionadas a empresas, a que se somaram cerca de 44.700 ações de controlo preventivo, e que visaram nomeadamente recolhas de informação, ações conjuntas com outros organismos da administração pública, controlo de bens em circulação e análise de reembolsos de IVA. Somadas, todas estas ações ascendem a 66.791, o que traduz um decréscimo de 6,9% face às 71.741 contabilizadas em 2020.

No decurso dos procedimentos inspetivos realizados foram registadas correções e regularizações voluntárias no valor de 1.326 milhões de euros, sendo que 620 milhões (ou 46,7%) são relativas a correções realizadas pela Unidade de Grandes Contribuintes (UGC), o que traduz um aumento face ao peso de 44,7% registados em 2020.



## ARRANJAR O CARRO VAI SER MAIS CARO; O PREÇO DAS PEÇAS ESTÁ A SUBIR

O preço das reparações automóveis vai aumentar nos próximos meses devido ao encarecimento das peças em grande parte importadas e que incorporam componentes, como o cobre, cujo custo disparou nos últimos meses, prevê a associação do setor.

"Ainda não é perceptível no mercado, porque é um processo relativamente recente, mas é muito provável que venha a ter reflexos muito

grandes, porque o preço das peças [automóveis] tem aumentado muito e as peças são uma parte importante do custo da manutenção", afirmou o secretário-geral da Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel (ANECRA) em entrevista à agência Lusa. Segundo Roberto Gaspar, "ainda neste segundo semestre o consumidor vai começar a sentir esse aumento".

LIZ TRUSS  
É A NOVA  
PRIMEIRA-  
MINISTRA  
BRITÂNICA

Liz Truss foi indigitada, terça-feira, primeira-ministra do Reino Unido depois de se encontrar com a Rainha Isabel II, que lhe pediu para formar um novo governo após aceitar a demissão de Boris Johnson. Numa fotografia tornada pública, a Rainha, apoiada numa bengala, cumprimentou Truss, que se tornou a 15.ª chefe de governo em 70 anos de reinado da monarca de 96 anos.



Boris Johnson saiu do Castelo de Balmoral na Escócia minutos antes, cerca das 12:00. Num comunicado, o Palácio de Buckingham refere que Johnson “apresentou a sua demissão como primeiro-ministro e Primeiro Lorde do Tesouro, que sua majestade teve o prazer gracioso de aceitar”. Liz Truss viajou de seguida para Londres, para a residência oficial em Downing Street, onde fez um discurso.

MORREU A RAINHA ISABEL II,  
MONARCA BRITÂNICA, COM O REINADO  
MAIS LONGO DA HISTÓRIA

A morte da rainha Isabel II, aos 96 anos, provocou uma onda de consternação e pesar entre os principais líderes mundiais, mas também nos seus súbditos que viram subir ao trono o seu filho, Carlos III.

O Reino Unido perdeu, assim, a monarca com o reinado mais longo da sua história, entre 1952 e 2022, uma notícia conhecida horas depois de um comunicado dar conta que os seus médicos estavam “preocupados com a sua saúde”.

A morte de Isabel II foi anunciada na rede social Twitter da família real, depois de os membros mais próximos se terem deslocado subita-

mente para o Castelo de Balmoral, na Escócia, onde, esta semana, recebeu em audiência a nova primeira-ministra, Liz Truss.

Conforme ditam as regras da monarquia, o primogénito de Isabel II, Carlos III, assumiu de imediato as funções de Rei aos 73 anos, uma tarefa para a qual se preparou toda a vida, numa altura em que já assumia deveres públicos importantes da monarca britânica.

Desde que foi divulgado o primeiro comunicado ao início da tarde, milhares de pessoas começaram a deslocar-se para as imediações do Palácio de Buckingham que tem a bandeira britânica a meia haste.

Numa comunicação à porta da sua residência oficial, Liz Truss declarou “lealdade e devoção” ao novo chefe de Estado do Reino Unido, Carlos III, e salientou que a morte de Isabel II representou “um enorme choque para o país e para o mundo”.

Já o ex-primeiro-ministro britânico Boris Johnson considerou que hoje é o “dia mais triste” do país devido à morte da monarca que, na sua opinião, era “tão intemporal” que parecia que duraria eternamente.

Logo após ter sido confirmado óbito, as reações começaram a surgir, coincidindo no pesar e na consternação pela morte de uma monarca que marcou a história do Reino Uni-

do nos últimos 70 anos.

O Papa Francisco assinalou o “serviço incansável pelo bem” do país e o “exemplo de devoção ao dever” de Isabel II, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, manifestou-se “profundamente triste” com a morte da rainha, prestando homenagem à sua “dedicação longa e inabalável” em servir o seu povo.

O Presidente da República portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, confirmou a presença nas cerimónias fúnebres, lembrando que o Reino Unido é “o mais antigo aliado português” e que “só podia ser o chefe de Estado a estar presente

em representação dos portugueses” no funeral de Isabel II.

O CHEGA também manifestou pesar pela morte da monarca, sublinhando que Isabel II “deixa uma marca indelével na história da humanidade”, tendo um longo reinado que ficou marcado pela sua “tenacidade e sabedoria”.

A Rainha Isabel II de Inglaterra, que deixou quatro filhos, oito netos e 12 bisnetos, visitou duas vezes Portugal, em 1957 e 1985.

Segundo o seu neto William, a monarca tinha uma personalidade “bondosa e com sentido de humor, um sentido inato de calma e visão e amor pela família”.

CARLOS III É HOJE  
PROCLAMADO REI

Carlos será oficialmente proclamado Rei esta manhã, pelas 10h00, numa cerimónia que terá lugar no Palácio de Saint James, em Londres.

Segundo o protocolo da proclamação avançado pelo Palácio de Buckingham, o Conselho de Ascensão, integrado pelos conselheiros reais, é dividido em duas partes.

Na primeira parte, o Conselho Privado, sem a presença do rei, proclamará o soberano.

Na segunda parte, o rei passará a liderar o Conselho Privado, onde fará uma declaração, lerá e assinará o juramento para defender a segurança da Igreja na Escócia e aprovará Ordens no Conselho que facilitem a

continuidade do governo.

O Conselho de Adesão será seguido pela Proclamação Principal, que será lida às 11:00 na varanda no Palácio de Saint James.

A Proclamação será lida pelo Rei das Armas da Jarreira, acompanhado pelo Cone Marechal, por outros oficiais de armas e pelos sargentos de armas - esta será a primeira leitura pública da Proclamação.

A segunda será lida na cidade de Londres, no Royal Exchange, às 12:00.

Outras Proclamações serão lidas na Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales às 12:00 do dia seguinte, domingo.



# TRIBUNAL VALIDA VITÓRIA DO MPLA. JOÃO LOURENÇO TOMA POSSE A 15 DE SETEMBRO

O Tribunal Constitucional validou os resultados das eleições gerais anunciados pela Comissão Nacional Eleitoral que dão a vitória ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Assim, João Lourenço tomará posse a 15 de setembro para o seu segundo mandato enquanto Presidente de Angola. Finda esta etapa, e segundo a juíza presidente do Tribunal Constitucional, Lau-

rinda Cardoso, está concluída a fase de contencioso eleitoral e devem ser investidos nas respetivas funções o Presidente da República, João Lourenço, a vice-presidente, Esperança da Costa, e os deputados à Assembleia Nacional eleitos. A juíza frisou que os acordãos não têm recurso e transitam automaticamente em julgado. "Nesta conformidade, e concluída a fase de contencioso eleitoral pode proceder-

-se à publicação em Diário da República da ata dos resultados definitivos para todos os efeitos legais", anunciou. Com estes resultados, o MPLA elegeu 124 deputados e a UNITA 90 deputados, quase o dobro das eleições de 2017. O Partido do PRS e o Partido Humanista de Angola elegeram dois deputados cada. A CASA-CE, a Aliança Patriótica Nacional e o P-Njango não elegeram ninguém.

# MAR DE GENTE APOIA, BOLSONARO EM COMÍCIO EM COPACABANA

O Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, pediu votos e chamou paraíso ao Rio de Janeiro, num discurso na praia de Copacabana durante uma ação de comemoração do bicentenário da Independência do país.

"Brasil terra prometida. Rio de Janeiro, pedaço deste paraíso. Obrigado a Deus pela minha segunda vida. Obrigada pela missão que me deste para comandar esta grande nação", declarou Bolsonaro no início de um discurso diante de milhares de apoiantes que pintaram de verde e amarelo a praia de Copacabana.

"Não sou muito bem-educado, falo palavrões mas não sou ladrão", frisou o chefe de Estado referindo-se ao seu principal adversário na corrida presidencial, o ex-presidente Lula da Silva, que cumpriu pena de prisão pelos crimes de corrupção e branqueamento.

"Problemas não faltaram para o mundo todo em especial na economia, lamentamos todas as mortes [na pandemia], mas na economia o nosso Governo deu exemplo. Somos hoje referência para o mundo todo. No Brasil de hoje os números na economia invejam o mundo. Teremos inflação sim, mas muito menos do que na Europa e nos Estados Unidos", defendeu. O chefe de Estado brasileiro também exaltou valores conservadores frisando ser cristão, defensor da vida desde a concepção e contrário à legalização das drogas. Bolsonaro voltou a atacar a Venezuela, Argentina, Nicarágua e outros países governados por políticos de esquerda e referiu-se diretamente a Lula da Silva, chamando-o "nove dedos" para depois afirmar que as



personas que preferem partidos de esquerda "são cabeças vazias que não têm nada a acrescentar."

"O conhecimento garante a nossa liberdade. Hoje vocês sabem como é difícil o Presidente da República defender este bem maior que é a nossa liberdade. Se você perder liberdade

você perdeu tudo na vida", frisou Bolsonaro depois de se referir aos juízes do Supremo Tribunal Federal que considera atuarem contra o seu Governo. O Presidente brasileiro chegou a Copacabana e subiu a um camião de som. Enquanto desfilava em direção ao camião os seus apoiantes

gritavam "mito" para recebê-lo. Nas varandas dos prédios na Avenida Atlântica, em Copacabana, 'bolsonaristas' balançavam bandeiras do país para receber Bolsonaro. Enquanto esperava, a multidão cantou o hino nacional brasileiro inúmeras vezes de forma emocionada.

gritavam "mito" para recebê-lo. Nas varandas dos prédios na Avenida Atlântica, em Copacabana, 'bolsonaristas' balançavam bandeiras do país para receber Bolsonaro. Enquanto esperava, a multidão cantou o hino nacional brasileiro inúmeras vezes de forma emocionada.

## MARCELO CONTOU A HISTÓRIA DE D. PEDRO A BOLSONARO EM 20 MIN.

O chefe de Estado português, Marcelo Rebelo de Sousa, aproveitou o encontro com o Presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, de cerca de 20 minutos, para contar a história da vida de D. Pedro. Segundo Marcelo Rebelo de Sousa, a reunião bilateral, que decorreu no Palácio Itamaraty, em Brasília, "correu muito bem, à medida dos 200 anos de História do Brasil".

"Eu aproveitei para contar a história de vida de D. Pedro. Isso foi um grande ponto de partida", declarou aos jornalistas.

Depois da reunião com Bolsonaro, o Presidente português visitou no Itamaraty o espaço onde esteve exposto o coração de D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal, conservado em formol e guardado numa cápsula de vidro, que foi de Portugal para as comemorações do bicentenário da independência do Brasil.

Aos jornalistas, o Presidente português referiu ter contado a Bolsonaro que D. Pedro "com menos de 35 anos tinha nascido e morrido no mesmo quarto do Palácio de Queluz, atravessado o Atlântico mais de uma vez, sido imperador do Brasil, sido rei de Portugal, vencido uma guerra civil e depois, com o trono nas mãos de sua filha, morrendo de tuberculose, logo a seguir a essa vitória".

De acordo com Marcelo Rebelo de Sousa, no encontro falou-se sobre "como o Brasil se foi afirmando ao longo dos 200 anos e a projeção hoje". "E falei obviamente do peso dos brasileiros em Portugal, que vão a caminho dos 250 mil - o que, para 10 milhões de habitantes, é um peso muito apreciável", acrescentou.

Na sua opinião, essa é a realidade que "faz a força da relação luso-brasileira". Questionado se não conversaram acerca da campanha eleitoral em curso no Brasil, à qual são candidatos entre outros Jair Bolsonaro e Lula da Silva, o chefe de Estado português respondeu: "Não, não se falou. Estava ali um Presidente da República com outro Presidente da República e, portanto, não se ia falar de problemas internos nem de um Estado nem do outro". Desafiado a comentar o estado da democracia brasileira, Marcelo Rebelo de Sousa foi peremptório: "Eu não vou falar das questões internas do Brasil".



## MUNDO REGREDIU CINCO ANOS COM COVID-19 E GUERRA NA UCRÂNIA PODE PIORAR A SITUAÇÃO

O mundo retrocedeu cinco anos em termos de desenvolvimento, educação e esperança e qualidade de vida com a covid-19, segundo as conclusões de um relatório das Nações Unidas publicado esta semana.

No relatório sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) expressa-se ainda o receio de que a guerra na Ucrânia piore ainda mais a situação.

Pela primeira vez desde a sua criação há mais de 30 anos, o Índice de Desenvolvimento Humano diminuiu dois anos consecutivos, em 2020 e 2021, regressando ao nível de 2016.

E este "imenso declínio" diz respeito a mais de 90% dos países do planeta, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

# QUE POLÍTICA ENERGÉTICA PARA PORTUGAL?

A recente guerra na Ucrânia veio expor a enorme dependência energética dos países da União Europeia (UE) face ao exterior. Em Portugal essa dependência energética tem-se manifestado sobretudo num brutal aumento do preço dos combustíveis. Para além desta instabilidade energética associada a uma instabilidade geopolítica, vivemos também um contexto no qual a emissão antropogénica de gases com efeito de estufa, como o dióxido de carbono, é apontada por grande parte da comunidade científica internacional como sendo responsável pelas alterações climáticas. A União Europeia propõe uma redução das emissões de gases com efeito estufa de pelo menos 55 % até 2030, comparativamente em Portugal com os níveis de 2005.

Portugal e os portugueses devem encarar estas dificuldades não como uma ameaça, mas sim como uma enorme oportunidade. Um reforço na aposta nas energias de fontes renováveis é a única solução para Portugal conseguir alcançar a sua segurança energética tornando-se muito menos dependente de combustíveis fósseis, cujos preços são mais voláteis e mais suscetíveis de serem impactados por questões geopolíticas. As energias de fontes renováveis são também a solução mais económica e a solução que melhor permitirá cumprir os Acordos de Paris. Portugal tem já uma longa história, com mais de 100 anos, de sucesso no aproveitamento da energia hídrica tendo atualmente uma capacidade instalada de 7,1 GW. Relativamente ao aproveitamento da energia eólica para produção de eletricidade, este começou em Portugal na década de 80 do século passado, sendo atualmente a capacidade instalada de 5,6 GW. O aproveitamento da energia fotovoltaica (produção de eletricidade a partir da luz solar) é bastante mais recente em Portugal, sendo a capacidade instalada atual de apenas 1,8 GW. Porém é na energia fotovoltaica que há um potencial de maior crescimento da potência instalada. É também a energia fotovoltaica que poderá dar a Portugal uma grande vantagem competitiva relativamente à maioria dos restantes países europeus, sobretudo tendo em conta que Portugal é o país da UE com maior irradiação solar anual (~1800 kWh m<sup>-2</sup> numa superfície com a inclinação ideal); por conseguinte, a exploração da energia fotovoltaica deverá ser uma

grande prioridade nacional. Esta transição energética de Portugal para ser feita com o máximo sucesso, deverá ser feita com o contributo dos portugueses e não contra os portugueses. Os cidadãos deverão deixar de ser apenas recetores da energia e passarem a ser também fornecedores. Isto poderá ser feito através de uma forte aposta nas chamadas Comunidades de Energia, envolvendo pessoas singulares, PMEs ou Câmaras Municipais. O lítio tem sido frequentemente apontado como um elemento indispensável para a produção de baterias. No entanto além de o lítio ser um elemento relativamente raro e por isso mais caro, a sua exploração tem impactos ambientais negativos e produz uma importante pegada de dióxido de carbono. Muito mais comum que o lítio, o sódio – presente no sal comum de cozinha – é um dos elementos mais abundantes no planeta e pode ser uma alternativa de futuro. No entanto as baterias de sódio ainda apresentam uma densidade energética (quantidade de energia armazenada por unidade de volume) inferior às baterias de lítio. Outra solução para o armazenamento da energia passa pelo desenvolvimento de vectores energéticos verdes como o hidrogénio verde e o metanol verde. O hidrogénio verde, produzido por eletrólise da água (que produz apenas hidrogénio e oxigénio), é um vector energético limpo e eficiente. A combustão do hidrogénio é totalmente limpa produzindo apenas água e energia. O metanol verde é produzido fazendo reagir hidrogénio verde com dióxido de carbono da atmosfera ou de gases de exaustão industriais, obtendo-se gás de síntese e, posteriormente, com base neste, metanol verde. Alternativamente o metanol verde pode ser produzido através da gaseificação de biomassa. Portugal poderá deixar de ser um país importador de energia e energeticamente pobre para passar a ser um país exportador de energia e energeticamente rico. Este processo irá gerar uma dinâmica de crescimento e desenvolvimento socioeconómico, crescimento do PIB e crescimento do emprego qualificado e não qualificado. Portugal são os portugueses e as suas decisões. Para realizar a transição energética com o máximo sucesso, Portugal vai precisar de decisores políticos, visionários e aventureiros ao nível de Dom João II, Marquês de Pombal e Vasco da Gama. Estaremos nós, portugueses de hoje, à altura deste enorme desafio e oportunidade?

**JORGE GABRIEL BERNARDO**  
DEPUTADO MUNICIPAL DO CHEGA EM AVEIRO

# PROFESSORES DE AVIÁRIO?

O tempo de férias, politicamente, costuma ser «pacífico». Contudo, nos últimos dias, tem-se revelado muito preenchido. O Governo tem-no aproveitado para «apresentar» medidas «especiais», daquelas que se querem tomar, mas que não se querem fazer notar junto dos eleitores. Foi assim com a milionária contratação do Dr. Sérgio Figueiredo, para assessorar o Ministro Medina. Mas que o próprio Figueiredo, após um tsunami de indignação nacional, acabou por declinar e mesmo antes de entrar. Foi assim com o anúncio das alterações que se preparam, junto do «Ministério da Educação» (que se deveria chamar «Ministério do Ensino»), a propósito das habilitações necessárias para «dar aulas» e permitir o alargamento do leque de potenciais candidatos, medida anunciada pelo próprio Ministro da pasta, Dr. João Costa. Segundo o titular, as alterações ao diploma estão a ser preparadas e serão «publicadas brevemente».

Mesmo sem conhecermos as alterações, há todo um conjunto de preocupações que já se fazem sentir junto de alguns sectores do ensino, nomeadamente das famílias. Estas inquietam-se com a qualidade do ensino que poderá ser assegurado pelos docentes requisitados nas novas condições.

Se não é novidade para ninguém perceber que há falta de professores, no último ano lectivo isso ficou provado à sociedade. Foram milhares de alunos que ficaram sem docentes às mais variadas disciplinas. Não apenas pela quantidade de profissionais que se reformam, mas, também, por tantos milhares que abandonaram o ensino por desmotivação e desinteresse na carreira. A junção à falta de condições para uma realização pessoal e profissional plena, com salários baixos, junta-se o desrespeito perante a classe, a falta de autoridade, a indisciplina reinante e o excesso de burocracia das escolas.

Na sexta-feira, 12 de Agosto, o Ministro revelou os números da colocação em mobilidade interna e contratação inicial de professores para o ano lectivo de 2022-23. Referiu que as escolas tinham colocado quase todos os professores necessários para o arranque, mas tal não se verifica. Apenas quem desconhece a orgânica das escolas e do sistema pode fazer uma afirmação destas.

De um modo muito simples, o senhor Ministro parte do princípio que todos os professores do quadro colocados cumprem os critérios de componente lectiva máxima: 25 horas para os da Educação Pré-escolar e 1.º ciclo, e 22 horas para os do 2.º, 3.º ciclo e secundário, mas tal não acontece devido à redução da componente lectiva que advém da idade, além da quantidade de docentes que, por questões de saúde, estão com atestados médicos.

Esta situação, só por si, desmente os números apresentados. Mas há mais, o Dr. Costa referiu que os «97,7% dos horários pedidos pelas escolas tinham professores atribuídos», mas não referiu que as escolas tinham essa percentagem de alunos com professor a todas as disciplinas.

De um modo geral, as escolas só dia 18 de Agosto, ou mesmo no dia 1 de Setembro,

aquando da apresentação dos docentes ao serviço, terão a noção exacta de quantos mais professores necessitarão. O envelhecimento docente leva a cálculos desfasados da realidade, porque a plataforma de concursos tem essa grande falha e, provavelmente, não interessa resolvê-la. Afinal, resolver essa «falha» estragaria os brilharetes das conferências de imprensa do senhor Ministro.

O senhor Ministro apresentou o exemplo flagrante da falta de professores de Informática; mas quem é o Engenheiro informático que quer ser professor? Com a falta de profissionais na área e com os ordenados que as empresas estão a oferecer, quantos envenderão pelo ensino? Não será pelo vencimento e pela valorização profissional, certamente. E nas áreas da Geografia, História, Português, Inglês, Matemática e tantas outras?

Segundo o Ministro, basta uma licenciatura e estão prontos a ser professores. É como criar frangos no aviário, alimentados com a farinha 115, e em 21 dias estão prontos a seguir para o matadouro. E, agora, a questão central: o que é necessário para que não faltem professores?

Para que isto não aconteça, todos o sabemos, mas não tem havido vontade política para tal. Existem professores com formação sólida que seguiriam outras profissões devido às más condições da carreira. Muitos voltariam a ser professores se os salários, entre outras condições, melhorassem. A opção governativa foi outra: qualquer formação serve para «dar aulas».

Junto da opinião pública, claro que se diz que é uma estratégia muito meritória de combater a «falta de professores». Contudo, a grande questão, é que não faltam professores. Falta é vontade de atrair os professores que existem para o ensino.

Quando se governa para quatro anos, não se trabalha na prevenção de problemas para os quais já havia alertas há muito. Afinal, é mais fácil «empurrar com a barriga» e, após algum tempo, diz-se que se trata de «problemas estruturais». E agora?

Agora, é desenrascar! Ou seja, mandar jovens com dífice de preparação científica, pedagógica e deontológica «dar aulas».

Os avisos têm sido constantes, mas a navegação à vista impera, até o barco começar a afundar. E, se não houver cautela, afundará mesmo.

Finalmente, importa perceber que «dar aulas» é uma coisa. Ensinar é outra e bem distinta! E as nossas escolas precisam de Professores que ensinam, não de «alguém» que «dá aulas». A não ser que o objectivo seja formar «futuros socialistas» na arte do «desenrascar» e pensar apenas no presente. Neste caso, percebemos que qualquer pessoa servirá para «dar aulas».

O combate pela qualidade no ensino é – e será – duro. Não é por ninguém em particular que deve ser travado, mas por Portugal e pelos Portugueses! Um combate pelo futuro dos nossos filhos e netos, que têm direito a um Portugal decente!

Vamos arregaçar as mangas por Portugal!

**JOSÉ DE CARVALHO**  
PROFESSOR E INVESTIGADOR DE HISTÓRIA

# CINISMO VS NEGÓCIO, A QUANTO OBRIGAS

Ninguém pode ficar indiferente ao flagelo dos incêndios que nos assola todos os anos. É um autêntico genocídio o que se vê, quer pela máquina televisiva que envolve, quer pelo olhar oportunista e impávido dos governantes, quer pelo oportunismo barato e desumano de toda a máquina que está por detrás desse tipo de gente acéfala.

A máquina dos incêndios está bem oleada. TODOS e podemos reafirmar, TODOS, lucram com este negócio. É só ver e acompanhar as evoluções cronológicas. Em 2006, António Costa, à data Ministro da Administração Interna, acabou com a carreira de Guarda Florestal, originando a falta de vigilância preventiva e que a nossa mancha florestal se encontre ao abandono, sem limpeza nem manutenção.

No mesmo ano, o Ministério da Administração Interna adquire 6 aeronaves KAMOV pelo valor aproximado de 42 Milhões de euros à empresa Heliportugal, para evitar custos acessórios de aluguer, no entanto, a aludida empresa, por motivos sabe-se lá Deus porquê, não cumpriu no prazo de entrega dos mesmos, obrigando o Estado a gastos adicionais.

É sabido e explícito, as críticas feitas na altura ao subsecretário de Estado da Administração Interna Fernando Rocha Andrade, pelos Juizes do TdC, visto o mesmo, ter alterado e "aligeirado", aditando pormenores ao contrato, propostos "vá se lá saber porquê e como" pela Heliportugal. A relação era de incumprimento contratual com a Entidade Adjudicante, ou seja, o Estado, visto ainda não ter entregue as aeronaves.

Para que se compreenda este conluio, foi o próprio subsecretário de Estado da Administração Interna Fernando Rocha Andrade que flexibilizou as condições de entrega, antecipando o pagamento e aceitando receber meios aéreos, sem capacidade de voo, visto saber da inexistência dos requisitos necessários.

A total entrega dos KAMOV foi efetuada mais de 36 meses depois. O Estado podia processar a Heliportugal e receber muitas consideráveis, mas apenas processou em 14,9% do que poderia.

Alguém é capaz de dizer que NÃO HÁ NEGÓCIO!? Mas há mais... no ano de 2008, os KAMOV, de acordo com o contratualizado, deveriam fazer 2.312 horas de voo, no entanto, SOMENTE

efetuaram 1.269 horas, mas o Estado pagou as iniciais. Em 7 anos, o Estado foi lesado em mais de 22 milhões de euros em horas de voo que nunca foram feitas. O próprio TdC, fez uma chamada de atenção à falta de iniciativa da Empresa de Meios Aéreos (EMA), que gere os meios aéreos do Estado, de não renegociação do contrato. De referir que apenas 3 dos 6 KAMOV estão a voar, e mal.

Em pleno ano de 2022, a empresa detentora do aluguer dos meios aéreos de combate a incêndios em Espanha, foi processada pelo Estado Espanhol, porque foi descoberto que ela própria, subcontratou meios à empresa que ficou em segundo lugar no concurso. É a mesma empresa que opera em Portugal. Há interesses nos INCÊNDIOS ou não? Apenas se pretendeu, neste pequeno excerto, transmitir o que foi um negócio no âmago dos incêndios. Tudo vai muito mais além, do que o simples "fogo posto" ou "queda de poste elétrico".

No meio deste processo, acabamos por ver, todo um conjunto de intervenientes, civis, militares e políticos, com responsabilidades no cartório e na cartilha.

Somos um povo de brandos costumes, mas não podemos continuar a compactuar com este tipo de ações concertadas. Duma vez por todas, não podemos continuar a "incendiar" a opinião pública, de que são os Produtores e Intermediários Florestais os principais responsáveis pelos incêndios. Eles sim, são os principais responsáveis pela alavancagem do setor produtivo primário nacional, que vai desde a proteção do ambiente até à produção em massa da matéria-prima para a "pasta de papel" que alimenta o mercado nacional e internacional. Para terminar, e não podendo deixar de referir a fraca prestação institucional do nosso Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa tem na miserabilidade das suas palavras, o pronúncia da sua ineficiência e incapacidade de Presidir ao destino dum país como PORTUGAL. Não se admitem comentários como "tem sido diferente de anos anteriores", "não há vítimas mortais", "casos de feridos não tem comparação", etc. Infelizmente, os incêndios de Pedrogão Grande e os incêndios de Outubro de 2017, não ensinaram nada a ninguém.

# SÉNIORES, QUAL A ABERTURA AO PARTIDO CHEGA?

A faixa etária a partir dos 70 anos está, na minha ótica, aberta ao Partido CHEGA. Sem subestimar ninguém, são essas pessoas que têm uma experiência e vivência que as leva a tirar conclusões desapaixonadas, que os mais jovens não têm. Conheceram o antes e o depois do 25 de Abril e, grande parte, são vítimas destes 48 anos que nada acrescentaram à generalidade dos cidadãos, quer no que toca ao plano material, quer aos valores morais. Há a sensação que a sociedade está a entrar numa fase em que não se vislumbra nada de bom nem promissor. Os que fogem a este grupo são os que, duma maneira ou de outra, se movimentaram pelos meandros dos partidos ou do compadrio, tendo em vista, somente, agendas pessoais.

É verdade que neste grupo etário, a que me orgulho de pertencer, há pessoas que se acomodaram, que se limitam a ouvir o que a Comunicação Social lhes vende e que, por isso, adotaram a postura "mal por mal deixa andar". Esta forma de estar, nada tem a ver com mais ou menos formação académica. São situações completamente diferentes, a Cultura e o questionar o que se passa à nossa volta, e a Formação Académica.

Perante isto e, chegado o momento de votar, as pessoas ou não vão ou caem sempre para o mesmo lado na convicção de que é tudo a mesma coisa, valem todos o mesmo.

Foi essa a visão que a experiência de quase 50 anos, fez nascer. Assim sendo, acredito que é um grupo que temos de acompanhar dando-lhes a certeza da nossa vontade de mudar de paradigma sem interesses pessoais, mas tendo em vista a me-

lhoria da qualidade de vida dos cidadãos em especial dos mais fragilizados.

Desconstruir a ideia que têm tentado fazer passar, de que somos um partido Racista, Xenófobo, Fascista, através do exemplo, não excluindo, mas integrando. Aliás isso é evidente nas nossas ações de rua, em que as pessoas de todas os segmentos e etnias nos abordam com entusiasmo e respeito, salvo pequenas e raras exceções... que são tratadas mesmo como exceções.

É uma prioridade, estabelecer nos mais idosos, a confiança na segurança pessoal dos cidadãos que está pelas ruas da amargura, não por culpa das forças de segurança, mas, porque estão mal alocados e os que integram a polícia de proximidade não podem chegar a todo o lado.

Fazer reavivar o nosso empenho em REPOR OS VALORES, pelos quais uma sociedade evoluída se deve pautar, sobretudo no que toca à SOLIDARIEDADE e no INVESTIMENTO no tão falado "ENVELHECIMENTO ATIVO", mas que não passa de palavras, porque na prática é precisamente o contrário: empurram se as pessoas para o ISOLAMENTO, um limitado contacto com o mundo e com a realidade.

Devemos ser nós, nos nossos contactos diários, que devemos ir dizendo às pessoas que o abstermo-nos não é solução para nada. Temos de participar e ter voz ativa no que se passa à nossa volta. E mais, temos essa RESPONSABILIDADE, se não for por nós, pelos nossos filhos e NETOS. Que não tenham eles, pela nossa inação, continuar a travessia deste deserto sem que se vislumbre o Oásis.

Esse oásis, neste momento, só pode ser o CHEGA.



**PAULO SECO**  
PRESIDENTE DISTRITAL  
POLÍTICA DE COIMBRA



**MARIA JOSÉ LOPES**  
MILITANTE DO CHEGA